

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19889	29905/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - - LICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUISANDE E OLIVEIRA (SÃO PEDRO), TRAVESSA DE SÃO BENTO (TRAMITAÇÃO)		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 1/2023/4742/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Assunto do Processo: LICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUISANDE E OLIVEIRA (SÃO PEDRO), TRAVESSA DE SÃO BENTO (TRAMITAÇÃO)

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, que o projeto de arquitetura relativo às alterações executadas no decorrer da obra, reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/19871 de 8 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 08/06/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura ao abrigo do artigo 83º do Decreto-lei n.º555/1999 de 16 de dezembro na sua atual redação. Notifique-se a requerente a apresentar as respetivas especialidades."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 2023/4742

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-11562 DE 14/05/2026

LOCAL DA OBRA: Travessa de São Bento, n.º 5 - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)

ASSUNTO: ALTERAÇÃO À LICENÇA DE EDIFICAÇÃO

08/06/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

- 1.1. O requerente através do registo nº 2026-E-RE-11562 de 15/10/2024, vem apresentar **alteração à licença de edificação** durante a execução da obra com vista à construção de habitação unifamiliar isolada e muros de vedação, localizado na Travessa de São Bento, União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 759/20210621, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 532.
- 1.2. Nos termos do n.º 2 do Artigo 4.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificam-se os seguintes antecedentes processuais:
- 2.2. Processo n.º 1/2023/4742/0.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação encontra-se corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 25, do capítulo IV, do Anexo I, da Portaria 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 34.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação de acordo com a informação técnica da DPU n.º 2026-13901 de 15/05/2026 proferida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos.

4. PARECERES INTERNOS E EXTERNOS

Não carece de pareceres internos e externos.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

Enquadramento:

- 5.1. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada de **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – BD**, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73, de 14 de outubro.
- 5.2. **Análise Urbanística:**
- 5.3. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
 - 5.3.1. Trata-se de uma construção destinada a uma habitação unifamiliar de um piso acima da cota soleira com a função de habitação e garagem.
- 5.4. As alterações em relação ao projeto licenciado, constam:
 - 5.4.1. Entrada pedonal passa a ser feita a nascente da parcela, pela zona de acesso automóvel. Tem sido removida as escadas do anterior acesso pedonal a norte da parcela.



- 5.4.2. No decurso das obras de edificação, foi estabelecido um acordo de cedência amigável, entre o proprietário do terreno e a Presidência da União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) tendo em vista a cedência adicional de 38,90m² ao domínio público, destinada ao alargamento da via da Rua do Fontanário. Por outro lado, verificou-se a cedência de 2,70m² de área por parte da Junta de Freguesia ao proprietário, no âmbito da retirada do fontanário existente para o Monte de São Bento - documento anexo ao processo (OPDF_Declaração Junta).
- 5.4.3. É eliminada a piscina no logradouro sul e a reconfiguração das impermeabilizações exteriores.
- 5.4.4. Alteração da fachada sul, com a remoção do ripado no escritório e avanço no vão para o plano de fachada, eliminando uma floreira, aumentando a área útil do escritório em 1,30m².
- 5.4.5. As alterações à licença de construção, aumenta a área de construção e implantação em 1,30m².
- 5.4.6. A alteração **cumpr**e o índice impermeabilização previsto no ponto 3 do artigo 67º do RPDMB em vigor.
- 5.4.7. A altura da fachada está de acordo com o previsto no artigo 67º do RPDM.
- 5.4.8. A proposta assegura o enquadramento arquitetónico, paisagístico e ambiental, no que concerne à implantação, volumetria e à sua imagem exterior, conforme previsto no ponto 2 do artigo 27º de edificabilidade de um prédio do RPDM.

Análise Regulamentar

- 5.5. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 5.6. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor em como atesta que a execução da operação urbanística se conforma com a referida Lei, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a Câmara fica dispensada da sua Apreciação prévia, conforme artigo 3º, n.º. 2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
- 5.7. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

6. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 6.1. Face ao atrás exposto, conclui-se que o projeto de arquitetura relativo às alterações executadas no decorrer da obra, reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.
- 6.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

